

Brasil quer converter 50% da dívida com bancos em títulos

EXT

por Jurema Boesse
de Brasília

O ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, delineou ontem os pontos básicos da proposta que o País apresentará aos bancos credores no final deste mês.

Da dívida de US\$ 70 bilhões que o País tem junto a estas entidades, o ministro da Fazenda irá propor a transformação da metade em títulos, que seriam colocados com um deságio da ordem de 30%, e que seriam pagos, a longo prazo, com taxa de juros fixa. A outra metade, que também seria rescalonada a longo prazo, seria paga nos moldes convencionais, à taxa de mercado.

Caso esta proposta seja aceita, o País sai da moratória, assinalou Bresser. "A intenção do Brasil com esta proposta é garantir uma taxa de crescimento de 4% ao ano, o que é factível dentro do sistema capitalista internacional ao qual o País pertence." A proposta que será levada, destacou, "é o oposto do que defendem os radicais, é uma proposta absolutamente profissional, inovadora, mas tecnicamente competente".

Além disso, destacou, "esta proposta é coerente com o mercado e não impõe a ele nenhuma violência, e tampouco aos bancos. Nós não queremos que nenhum banco credor tenha prejuízo, o que quere-

mos é que haja o reconhecimento do fato concreto de que o Brasil e os demais devedores não têm condição de pagar toda essa dívida nos índices em que se encontra".

Inicialmente, de acordo com a proposta, explicou o ministro, uma parte da dívida, a que será transformada em títulos, pagará uma taxa de juro fixa; mais tarde sobre essa mesma dívida serão acrescentadas outras taxas complementares, "que permitirão aos bancos receberem tudo". Será uma proposta de acordo com as tendências apontadas pelo mercado, que poderão permitir um desconto para o Brasil que poderá chegar a 30% mais ou menos. Irá depender das circunstâncias", observou. Estes títulos terão garantias do governo brasileiro.

O que o País pretende é aproveitar o atual momento e recontratar parte da sua dívida a juros fixos com o deságio com o qual os papéis brasileiros são negociados no mercado secundário internacional. Hoje, o ministro da Fazenda estará em Viena onde participará do "US Congressional Summit on the Economic Agenda for the Nineties". Só no final do mês, a partir do dia 23, é que o ministro iniciará os entendimentos com os bancos privados.

No pronunciamento que será feito amanhã neste simpósio, antecipou Bres-

ser, será colocada a problemática do endividamento do Brasil e de toda a América Latina. "Vou mostrar que, nos últimos cinco anos, ao invés de melhorar, piorou muito o índice de endividamento. E o fundamental é que é um endividamento sobre exportação". Normalmente, acrescentou, o índice máximo aceitável é dois, ou seja, duas vezes o valor das exportações. Como as exportações brasileiras somam US\$ 24 bilhões, o débito deveria ser de US\$ 48 bilhões. No entanto nossa dívida soma US\$ 100 ou US\$ 115 bilhões.

"Em 1982 — acentuou — este índice que era mau, superior a três vezes, ficou em mais de quatro em 1984, e isso aconteceu com o Brasil e com os demais países do mundo." Disse também que a abordagem convencional da dívida leva a estagnação e estacou o fato de que na América Latina oito países estão com os seus pagamentos suspensos. "E se retiramos o Brasil, o Continente ficou com sua renda per capita estagnada. Nos últimos cinco anos, agora incluindo o Brasil, vamos verificar que a taxa de investimento em

todos os países da América Latina caiu aproximadamente 5%, também porque a transferência de recursos para o exterior é de 4,5% a 5%. Com relação ao FMI, Bresser reiterou a sua proposta: negociar com o Fundo depois de fechado o acordo com os bancos. Acrescentou que este acordo, se for firmado junto ao Fundo, será na base de fixação de "cartas de intenção" como era feito anteriormente. "Sempre que há um acordo, há carta de intenção, não vejo nada de mau nisso". Ao ser indagado se o PMDB estaria avaliando este entendimento, Bresser replicou que "na hora certa falaremos com o partido, que é uma coisa muito respeitável".

Com relação à proposta dos bancos credores, uma das idéias é o alongamento do prazo para vinte anos com seis de carência. O máximo que o País já obtém, no passado recente, envolveu o refinanciamento pelo prazo de nove anos com cinco de carência. Uma das alternativas que deverão ser levadas para a primeira rodada de negociações com os banqueiros será fixar em 5% a taxa de juro para cerca de US\$ 24 bilhões da dívida, já resultante do deságio da ordem de 30%.